



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de "Administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco".

No exercício de 2014, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 617 milhões, correspondente a R\$ 656,35 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 2,3 bilhões, Ativos Totais de R\$ 2,7 bilhões e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 918,3 milhões, com crescimento de 22,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

**Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2014	2013		2014	2013
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.877.698</b>	<b>2.013.440</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>393.273</b>	<b>242.100</b>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 7)			OUTRAS OBRIGAÇÕES	<b>393.273</b>	<b>242.100</b>
Carteira Própria	1.821.989	1.973.492	Sociais e Estatutárias (Nota 14d)	5.861	4.515
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	<b>55.675</b>	<b>39.879</b>	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	194.077	146.131
Créditos Específicos	4.616	3.149	Diversas (Nota 13b)	193.335	91.454
Diversos	51.059	36.730			
OUTROS VALORES E BENS	<b>34</b>	<b>69</b>			
Despesas Antecipadas	34	69			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>791.614</b>	<b>4.245</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>2.312</b>	<b>1.488</b>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6)	<b>784.620</b>	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	<b>2.312</b>	<b>1.488</b>
Aplicações no Mercado Aberto	784.620	-	Diversas (Nota 13b)	2.312	1.488
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	<b>6.975</b>	<b>4.234</b>			
Diversos	6.975	4.234			
OUTROS VALORES E BENS	<b>19</b>	<b>11</b>			
Despesas Antecipadas	19	11			
<b>PERMANENTE</b>	<b>44.405</b>	<b>41.412</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)</b>	<b>2.318.132</b>	<b>1.815.509</b>
INVESTIMENTOS (Nota 9)	<b>201</b>	<b>201</b>	Capital:		
Outros Investimentos	312	312	- De Domiciliados no País	940.000	800.000
Provisões para Perdas	(111)	(111)	Reservas de Lucros	1.378.132	1.015.509
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	<b>652</b>	<b>953</b>			
Outras Imobilizações de Uso	3.899	3.993			
Depreciações Acumuladas	(3.247)	(3.040)			
INTANGÍVEL (Nota 11)	<b>43.552</b>	<b>40.258</b>			
Ativos Intangíveis	53.404	45.615			
Amortização Acumulada	(9.852)	(5.357)			
<b>TOTAL</b>	<b>2.713.717</b>	<b>2.059.097</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.713.717</b>	<b>2.059.097</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2014	31 de dezembro 2014	2013
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>125.028</b>	<b>224.330</b>	<b>131.709</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7b)	125.028	224.330	131.709
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>125.028</b>	<b>224.330</b>	<b>131.709</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>340.088</b>	<b>656.065</b>	<b>546.911</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	493.240	918.269	747.935
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(10.107)	(18.910)	(18.684)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(22.559)	(38.592)	(38.592)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(57.077)	(106.515)	(86.598)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19a)	789	1.874	2.588
Outras Despesas Operacionais (Nota 19b)	(64.198)	(99.029)	(59.638)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>465.116</b>	<b>880.395</b>	<b>678.620</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)</b>	<b>27.692</b>	<b>50.140</b>	<b>36.008</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>492.808</b>	<b>930.535</b>	<b>714.628</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)</b>	<b>(165.221)</b>	<b>(313.567)</b>	<b>(239.306)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>327.587</b>	<b>616.968</b>	<b>475.322</b>
Número de cotas (Nota 14a)	940.000.000	940.000.000	800.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	348,50	656,35	594,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2014	31 de dezembro 2014	2013
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	492.808	930.535	714.628
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	4.446	5.316	2.514
Depreciações e Amortizações	3.641	4.813	2.167
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	805	503	341
Perda na Venda de Imobilizado	-	-	6
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b>	<b>497.254</b>	<b>935.851</b>	<b>717.142</b>
Aumento em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos	(784.620)	(784.620)	-
Financeiros Derivativos	321.154	151.503	(485.436)
Aumento em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(17.082)	(18.222)	(7.991)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	64.122	85.493	(13.371)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(76.491)	(249.200)	(196.469)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>4.337</b>	<b>120.805</b>	<b>13.875</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(20)	(29)	(176)
Alienação de Imobilizado de Uso	1	12	18
Aquisição de Intangível	(4.318)	(7.788)	(10.034)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(4.337)</b>	<b>(7.805)</b>	<b>(10.192)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			
Dividendos Pagos	-	(113.000)	(3.683)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(113.000)</b>	<b>(3.683)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	-	-	-
<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2014	2013	2012
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>10.693.151</b>	<b>9.455.306</b>	<b>8.423.485</b>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 21)	4.894.963	4.423.485	4.054.196
Aplicações Financeiras	761.805	658.106	658.106
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	4.133.158	3.765.379	3.400.000
OUTROS CRÉDITOS	<b>5.798.188</b>	<b>5.031.821</b>	<b>4.369.289</b>
Direitos junto a Consorciados Contemplados	5.793.826	5.029.717	4.364.819
Normais	5.695.295	4.949.722	4.364.819
Em Atraso	31.401	24.705	24.705
Em Cobrança Judicial	67.130	55.290	55.290
Bens Retomados	4.362	2.104	2.104
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>39.987.084</b>	<b>33.904.313</b>	<b>28.811.192</b>
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	429.312	361.036	361.036
Contribuições Devidas ao Grupo	20.816.192	17.706.357	15.836.920
Valor dos Bens a Contemplar	18.741.580	15.836.920	13.073.226
<b>TOTAL</b>	<b>50.680.235</b>	<b>43.359.619</b>	<b>37.234.677</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>10.693.151</b>	<b>9.455.306</b>	<b>8.423.485</b>
Obrigações com Consorciados	4.162.822	3.530.043	3.117.192
Valores a Repassar	53.023	46.615	46.615
Obrigações por Contemplações a Entregar	4.133.158	3.765.378	3.400.000
Recursos a Devolver a Consorciados	1.605.525	1.487.429	1.487.429
Recursos dos Grupos	738.623	625.841	625.841
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>39.987.084</b>	<b>33.904.313</b>	<b>28.811.192</b>
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	429.312	361.036	361.036
Obrigações do Grupo por Contribuições	20.816.192	17.706.357	15.836.920
Obrigações por Futuras Contemplações	18.741.580	15.836.920	13.073.226
<b>TOTAL</b>	<b>50.680.235</b>	<b>43.359.619</b>	<b>37.234.677</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição"), é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.  
Como parte integrante da Organização Bradesco, utiliza-se, de forma compartilhada, da infraestrutura administrativa e tecnológica de seu Controlador (Banco Bradesco) e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.  
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.

**3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA**  
**a) Moeda funcional e de apresentação**  
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.  
**b) Apuração do resultado**  
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.  
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.  
As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.  
A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão nos grupos.  
**c) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

**d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.  
**e) Títulos e valores mobiliários - classificação**  
• Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;  
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e  
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.  
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.  
As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.  
**f) Ativos circulante e realizável a longo prazo**  
São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).  
**g) Investimentos**  
São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

continua...

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**h) Imobilizado**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.  
Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

**i) Intangíveis**  
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.  
• **Software**  
São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

**j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.  
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.  
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

**k) Passivos circulante e exigível a longo prazo**  
Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.  
A provisão para contingências é constituída considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, o posicionamento dos Tribunais para causas de natureza semelhante a a experiência da Administração.  
Desta forma julgamos que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas prováveis dos respectivos processos judiciais.

**l) Impostos e contribuições**  
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".  
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.  
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%.  
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 24.  
**m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:  
• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;  
• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, e que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;  
• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e  
• **Obrigações Legais - Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

**n) Eventos subsequentes**  
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:  
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e  
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

**4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS**  
**Aplicações financeiras**  
São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.  
As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.  
Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.  
Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diretamente.  
**Outros créditos**  
Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

• **Passivo circulante**  
**I - Obrigações com consorciados**  
As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

**II - Valores a repassar**  
Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.  
**III - Obrigações por contemplações a entregar**  
Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

**IV - Recursos a devolver a consorciados**  
Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.  
**V - Recursos dos grupos**  
Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

• **Contas de compensação**  
**I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados**  
Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

**II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições**  
Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.  
**III - Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações**  
Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

**5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**  
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Instituição não apresentava saldos em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

**6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**  
Em 31 de dezembro de 2014 o valor correspondente a R\$ 784.620 mil, refere-se a operações compromissadas lastreadas em debêntures, com vencimento em 22.7.2016 e a taxa de juros de 101,75% do CDI.

**7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
**a) Classificação por categorias e prazos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	2014			2013			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil atualizado	Valor de mercado contábil	Marcação a mercado
<b>Títulos (1)</b>							
<b>Ativos para negociação (3)</b>							
Letras financeiras do tesouro .....	-	258	80.631	185.287	266.176	266.176	- 936.015
Certificados de depósito bancário .....	-	1.425	-	27.671	29.096	29.096	- 110.598
Debêntures .....	-	-	-	40.834	40.834	40.834	- 604.240
Letras do tesouro nacional .....	21.968	4.169	-	9.960	36.097	36.097	- 104.484
Notas do tesouro nacional .....	479.988	-	-	552	480.540	480.540	- 181.928
Letras financeiras .....	28.574	5.396	38.956	890.422	963.348	963.348	-
Outras .....	5.898	-	-	5.898	-	-	36.227
<b>Total em 2014 .....</b>	<b>536.428</b>	<b>11.248</b>	<b>119.587</b>	<b>1.154.726</b>	<b>1.821.989</b>	<b>1.821.989</b>	-
<b>Total em 2013 .....</b>	<b>277.253</b>	<b>124.912</b>	<b>406.748</b>	<b>1.164.579</b>	-	-	<b>1.973.492</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreado as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, as aplicações em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 1.821.989 mil (2013 - R\$ 1.973.492 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

**b) Resultado de títulos e valores mobiliários**

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
<b>Rendas de aplicações em operações compromissadas:</b>		
Posição bancada .....	34.620	-
<b>Subtotal .....</b>	<b>34.620</b>	-
Títulos de renda fixa .....	189.710	131.709
<b>Total .....</b>	<b>224.330</b>	<b>131.709</b>

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos e contribuições a compensar .....	28.940	20.064
Pagamentos a ressarcir .....	22.410	15.833
Devedores por depósitos em garantia .....	5.036	3.674
Valores específicos - cobrança judicial .....	4.179	2.819
Créditos tributários (Nota 24c) .....	1.553	1.264
Bens retornados após encerramento .....	437	330
Outros adiantamentos .....	95	129
<b>Total .....</b>	<b>62.650</b>	<b>44.113</b>

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>9) INVESTIMENTOS</b>		
- Certificados de investimentos - CI .....	12	12
- Investimentos audiovisuais .....	300	300
<b>Subtotal .....</b>	<b>312</b>	<b>312</b>
- Provisões para incentivos fiscais .....	(111)	(111)
<b>Total geral dos investimentos .....</b>	<b>201</b>	<b>201</b>

**10) IMOBILIZADO DE USO**  
Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				2014	2013
<b>Imóveis de uso:</b>					
Instalações, móveis e equipamentos de uso .....	10%	2.406	(1.907)	499	717
Sistemas de segurança .....	10%	18	(13)	5	6
Sistemas de processamento de dados .....	20%	1.475	(1.327)	148	230
<b>Total em 2014 .....</b>	<b>3.899</b>	<b>(3.247)</b>	<b>652</b>		
<b>Total em 2013 .....</b>	<b>3.993</b>	<b>(3.040)</b>	<b>953</b>		

	Taxa anual	Custo	Amortização	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				2014	2013
<b>11) INTANGÍVEL</b>					
<b>Software</b> .....	20%	53.404	(9.852)	43.552	40.258
<b>Total em 2014 .....</b>	<b>53.404</b>	<b>(9.852)</b>	<b>43.552</b>		
<b>Total em 2013 .....</b>	<b>45.615</b>	<b>(5.357)</b>	<b>40.258</b>		

**12) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**  
**a) Ativos contingentes**  
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.  
O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

**I - Processos cíveis**  
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

**II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais**  
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

**III - Processos trabalhistas**  
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
<b>No início do exercício de 2014 .....</b>	<b>67</b>	<b>1.982</b>	<b>147</b>
Constituição de provisões/reversões .....	-	601	(114)
Atualização monetária .....	14	-	2
Pagamentos .....	(26)	-	-
<b>No final do exercício de 2014 (Nota 13) .....</b>	<b>55</b>	<b>2.583</b>	<b>35</b>

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.  
**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**  
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "passivo", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a probabilidade de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.  
**d) Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros .....	183.275	137.289
Impostos e contribuições a recolher .....	10.767	8.695
Provisões para riscos - fiscais (Nota 12b) .....	35	147
<b>Total .....</b>	<b>194.077</b>	<b>146.131</b>

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados .....	175.964	75.604
Provisões para pagamentos a efetuar .....	7.021	7.338
Recursos pendentes .....	4.616	3.149
Processos judiciais em andamento .....	3.578	3.804
Provisões para riscos - cíveis (Nota 12b) .....	2.583	1.982
Provisões para riscos - trabalhistas (Nota 12b) .....	55	67
Outros valores .....	1.830	998
<b>Total .....</b>	<b>195.647</b>	<b>92.942</b>

**14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**a) Capital social**  
O capital social no montante de R\$ 940.000 mil (31.12.2013 - R\$ 800.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 940.000.000 (31.12.2013 - 800.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.  
**b) Movimentação do capital social**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Quantidade de cotas	R\$ mil
<b>Em 31 de dezembro de 2013 .....</b>	<b>800.000.000</b>	<b>800.000</b>
Aumento de capital (1) .....	140.000.000	140.000
<b>Em 31 de dezembro de 2014 .....</b>	<b>940.000.000</b>	<b>940.000</b>

(1) Em 28 de abril de 2014 o Instrumento de Alteração do Contrato Social da Companhia, deliberou o aumento do capital social em R\$ 140.000 mil, elevando-o de R\$ 800.000 mil para R\$ 940.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Reserva Legal", no montante de R\$ 19.384 mil e "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 120.616 mil, com a criação de 140.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A. com a concordância do Sócio-Cotista Banco Alvorada S.A. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil em 1.7.2014.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Reservas de lucros .....</b>	<b>1.378.132</b>	<b>1.015.509</b>
- Reserva legal (1) .....	54.614	43.150
- Reserva estatutária (2) .....	1.323.518	972.359

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e  
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

**d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**  
Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.  
Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido .....	616.968	475.322
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro .....	(30.848)	(23.766)
<b>Base de cálculo .....</b>	<b>586.120</b>	<b>451.556</b>
Dividendos propostos .....	5.861	4.515
<b>Percentual em relação à base de cálculo .....</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>
Valor em Reais por lote de mil cotas .....	6,24	5,64

**15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
As receitas de prestação de serviços, nos respectivos exercícios correspondem aos valores de R\$ 918.269 mil (2013 - R\$ 747.935 mil) e referem-se basicamente à taxa de administração de grupos de consórcios.

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
<b>16) DESPESA DE PESSOAL</b>		
Proventos .....	7.948	7.891
Encargos sociais .....	4.979	4.719
Benefícios .....	4.360	4.182
Participação dos empregados nos lucros .....	1.467	1.517
Outras .....	156	375
<b>Total .....</b>	<b>18.910</b>	<b>18.684</b>

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
<b>17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		
Comunicações .....	12.702	9.161
Serviços técnicos especializados .....	8.142	10.153
Depreciações e amortizações .....		

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	Exercícios findos em	
	2014	2013
Contribuição à COFINS.....	73.046	59.277
Impostos sobre serviços - ISS.....	17.608	14.449
Contribuição ao PIS.....	15.859	12.870
Outros.....	2	2
<b>Total</b> .....	<b>106.515</b>	<b>86.598</b>

**19) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS**

**a) Receitas**

	Exercícios findos em	
	2014	2013
Reversão de provisão.....	1.391	984
Atualização monetária de depósito em garantia.....	270	176
Recuperação de encargos e despesas.....	97	2
Outras (1).....	116	1.426
<b>Total</b> .....	<b>1.874</b>	<b>2.588</b>

(1) Em 2013, inclui R\$ 1.277 mil referente a valores prescritos.

**b) Despesas**

	Exercícios findos em	
	2014	2013
Comissões.....	50.468	39.402
Doações.....	10.560	-
Detran.....	9.865	6.738
Patrocínio.....	8.236	-
Gravames.....	5.300	3.785
Ações de reconhecimento.....	4.283	1.767
Indenizações cíveis.....	2.468	1.243
Taxa de avaliação.....	2.084	2.060
Victoria.....	1.963	1.475
Outras.....	3.802	3.168
<b>Total</b> .....	<b>99.029</b>	<b>59.638</b>

**20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

	Exercícios findos em	
	2014	2013
Taxas recuperação despesas.....	48.011	35.182
Descontos obtidos.....	2.111	832
Outras.....	18	(6)
<b>Total</b> .....	<b>50.140</b>	<b>36.008</b>

**21) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS**

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 4.894.963 mil (2013 - R\$ 4.423.485 mil), estão compostas em cotas de fundos referenciado DI. A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras - Banco Bradesco S.A., no exercício foi de R\$ 122.196 mil (2013 - R\$ 106.411 mil).

**22) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS**

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Grupos em andamento.....	3.429	3.274
Grupos encerrados.....	1.717	1.306
Bens entregues nos exercícios.....	150.622	124.436
Bens entregues totais.....	743.969	600.827
Consorticiados ativos.....	1.062.076	924.246
Desistentes e cancelados nos exercícios.....	147.725	156.812
Consórcios contemplados (1).....	837.127	682.926
Bens pendentes de entrega.....	93.158	82.099
Taxa média de inadimplência (2).....	3,68%	3,51%

(1) Em 2014 foram considerados somente consorticiados de grupos em andamento e em 2013 foram considerados também os grupos encerrados contabilmente; e  
(2) Em 2014 o % de inadimplência refere-se a consorticiados contemplados, com uma ou mais parcelas em aberto na data-base.

**23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	2014		2013	
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	784.620	-	34.620	-
<b>Títulos e valores mobiliários:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	785.751	-	35.751	-
<b>Dividendos:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	(5.861)	(4.515)	-	-
<b>Aluguéis:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	-	-	(445)	(384)

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente na Reunião de Sócio Colistas são fixados:  
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e  
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.  
Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.000 mil (2013 - R\$ 1.000 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.000 mil (2013 - R\$ 1.000 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

**Benefícios de curto prazo a Administradores**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Proventos.....	901	862
Contribuição ao INSS.....	180	172
<b>Total</b> .....	<b>1.081</b>	<b>1.034</b>

**Benefícios pós-emprego**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	924	797
<b>Total</b> .....	<b>924</b>	<b>797</b>

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da  
**Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.**  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

**Outras informações**

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:  
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;  
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e  
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.  
Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

**24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA**

**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em	
	2014	2013
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b> .....	<b>930.535</b>	<b>714.628</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(316.382)	(242.974)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(8.008)	(2.807)
Outros valores.....	10.823	6.475
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(313.567)</b>	<b>(239.306)</b>

**b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em	
	2014	2013
<b>Impostos correntes:</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social devidos</b> .....	<b>(313.856)</b>	<b>(238.540)</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição (realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	289	(766)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(313.567)</b>	<b>(239.306)</b>

**c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Saldo em		Constituição	Realização	Saldo em
	31.12.2013	31.12.2014			
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas.....	33	19	(22)	30	
Provisão para contingências cíveis.....	674	541	(337)	878	
Provisão para perda de investimento.....	41	-	-	41	
Outros (1).....	516	192	(104)	604	
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 8)</b> .....	<b>1.264</b>	<b>752</b>	<b>(463)</b>	<b>1.553</b>	

(1) Refere-se essencialmente à provisão para PLR e premiações.

**d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015.....	302	114	416
2016.....	372	145	517
2017.....	374	145	519
2018.....	70	31	101
<b>Total</b> .....	<b>1.118</b>	<b>435</b>	<b>1.553</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 1.460 mil (2013 - R\$ 1.189 mil).

**25) OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

**b) Gerenciamento de riscos**

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:  
• Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);  
• Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);  
• Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);  
• Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);  
• Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);  
• Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);  
• Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e  
• Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
  - a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
  - o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.
- A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajuste ou divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

DIRETORIA		
<b>Diretor-Presidente</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi	<b>Diretores Vice-Presidentes</b> Domingos Figueiredo de Abreu Alexandre da Silva Glüher Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas	<b>Diretor Superintendente</b> Octávio de Lazari Júnior
	<b>Diretores</b> Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi Marcelo de Araújo Noronha	<b>Diretores</b> Hélio Vivaldo Domingues Dias Maurício Gomes Maciel
Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6		

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 27 de fevereiro de 2015

José Claudio Costa  
Contador CRC 1SP16720/O-1

**Sumário**  
**Caderno Empresarial 2**

**BALANÇO**  
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. ....2

**DO.online**

Descubra 120 anos de história.  
Agora, você tem todo o acervo do Diário Oficial,  
disponível desde 1891, com a busca por palavra-chave.  
Gratuitamente.

Imprensa Oficial, garantia de transparência  
e segurança da informação.

www.imprensaoficial.com.br

**Imprensa Oficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



continuação



# Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

#### • Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

#### • Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

#### • Passivo circulante

#### I - Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

#### II - Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

#### III - Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

#### IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

#### V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

#### • Contas de compensação

#### I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

#### II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

#### III - Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

### 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Instituição não apresentava saldos em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

### 6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2014 o valor correspondente a R\$ 784.620 mil, refere-se a operações compromissadas lastreadas em debêntures, com vencimento em 22.7.2016 e a taxa de juros de 101,75% do CDI.

### 7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2014			2013					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Letras financeiras do tesouro	-	258	80.631	185.287	266.176	266.176	-	936.015	-
Certificados de depósito bancário	-	1.425	-	27.671	29.096	29.096	-	110.598	-
Debêntures	-	-	-	40.834	40.834	40.834	-	604.240	-
Notas do tesouro nacional	21.968	4.169	-	9.960	36.097	36.097	-	104.484	-
Notas do tesouro nacional	479.988	-	-	552	480.540	480.540	-	181.928	-
Letras financeiras	28.574	5.396	38.956	890.422	963.348	963.348	-	-	-
Outras	5.898	-	-	-	5.898	5.898	-	36.227	-
<b>Total em 2014</b>	<b>536.428</b>	<b>11.248</b>	<b>119.587</b>	<b>1.154.726</b>	<b>1.821.989</b>	<b>1.821.989</b>	-	-	-
<b>Total em 2013</b>	<b>277.253</b>	<b>124.912</b>	<b>406.748</b>	<b>1.164.579</b>	-	-	-	<b>1.973.492</b>	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreados nas operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento das aplicações em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 1.821.989 mil (2013 - R\$ 1.973.492 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

#### b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Rendas de aplicações em operações compromissadas:	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Posição bancada	34.620	-
<b>Subtotal</b>	<b>34.620</b>	-
Títulos de renda fixa	189.710	131.709
<b>Total</b>	<b>224.330</b>	<b>131.709</b>

### 8) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos e contribuições a compensar	28.940	20.064
Pagamentos a ressarcir	22.410	15.833
Devedores por depósitos em garantia	5.036	3.674
Valores específicos - cobrança judicial	4.179	2.819
Créditos tributários (Nota 24c)	1.553	1.264
Bens retornados após encerramento	437	330
Outros adiantamentos	95	129
<b>Total</b>	<b>62.650</b>	<b>44.113</b>

### 9) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
- Certificados de investimentos - CI	12	12
- Investimentos audiovisuais	300	300
<b>Subtotal</b>	<b>312</b>	<b>312</b>
- Provisões para incentivos fiscais	(111)	(111)
<b>Total geral dos investimentos</b>	<b>201</b>	<b>201</b>

### 10) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2014	2013
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.406	(1.907)	499	717
Sistemas de segurança	10%	18	(13)	5	6
Sistemas de processamento de dados	20%	1.475	(1.327)	148	230
<b>Total em 2014</b>	<b>3.899</b>	<b>(3.247)</b>	<b>652</b>	<b>148</b>	<b>230</b>
<b>Total em 2013</b>	<b>3.993</b>	<b>(3.040)</b>	<b>652</b>	<b>148</b>	<b>953</b>

### 11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por software.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				2014	2013
Software	20%	53.404	(9.852)	43.552	40.258
<b>Total em 2014</b>		<b>53.404</b>	<b>(9.852)</b>	<b>43.552</b>	<b>40.258</b>
<b>Total em 2013</b>		<b>45.615</b>	<b>(5.357)</b>	<b>40.258</b>	<b>40.258</b>

### 12) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

#### I - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

#### II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

#### III - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

#### IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				2014	2013
No início do exercício de 2014					
Constituição de provisões/reversões	67	1.982	(601)	1.477	147
Atualização monetária	-	-	-	-	(114)
Pagamentos	14	(26)	-	-	2
<b>No final do exercício de 2014 (Nota 13)</b>	<b>55</b>	<b>2.583</b>	<b>(601)</b>	<b>1.477</b>	<b>35</b>

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

#### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

### 13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros	183.275	137.289
Impostos e contribuições a recolher	10.767	8.695
Provisões para riscos - fiscais (Nota 12b)	35	147
<b>Total</b>	<b>194.077</b>	<b>146.131</b>

#### b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	175.964	75.604
Provisões para pagamentos a efetuar	7.021	7.338
Recursos pendentes	4.616	3.149
Processos judiciais em andamento	3.578	3.804
Provisões para riscos - civis (Nota 12b)	2.583	1.982
Provisões para riscos - trabalhistas (Nota 12b)	55	67
Outros valores	1.830	998
<b>Total</b>	<b>195.647</b>	<b>92.942</b>

### 14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 940.000 mil (31.12.2013 - R\$ 800.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 940.000.000 (31.12.2013 - 800.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

#### b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>800.000.000</b>	<b>800.000</b>
Aumento de capital (1)	140.000.000	140.000
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>940.000.000</b>	<b>940.000</b>

(1) Em 28 de abril de 2014 o Instrumento de Alteração do Contrato Social da Companhia, deliberou o aumento do capital social em R\$ 140.000 mil, elevando-o de R\$ 800.000 mil para R\$ 940.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo das cotas "Reserva de Lucros - Reserva Legal", no montante de R\$ 19.384 mil e "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 120.616 mil, com a criação de 140.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A. com a concordância do Sócio-Cotista Banco Alvorada S.A. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil em 1.7.2014.

#### c) Reservas de lucros

	2014	2013
<b>Reservas de lucros</b>	<b>1.378.132</b>	<b>1.015.509</b>
- Reserva legal (1)	54.614	43.150
- Reserva estatutária (2)	1.323.518	972.359

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das cotas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em:

	2014	2013
Lucro líquido	616.968	475.322
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(30.848)	(23.766)
<b>Base de cálculo</b>	<b>586.120</b>	<b>451.556</b>
Dividendos propostos	5.861	4.515
<b>Percentual em relação à base de cálculo</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>
Valor em Reais por lote de mil cotas	6,24	5,64

### 15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços, nos respectivos exercícios correspondem aos valores de R\$ 918.269 mil (2013 - R\$ 747.935 mil) e referem-se basicamente à taxa de administração de grupos de consórcios.

### 16) DESPESA DE PESSOAL

	2014	2013
Proventos	7.948	7.891
Encargos sociais	4.979	4.719
Benefícios	4.360	4.182
Participação dos empregados nos lucros	1.467	1.517
Outras	156	375
<b>Total</b>	<b>18.910</b>	<b>18.684</b>

### 17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2014	2013
Comunicações	12.702	9.161
Serviços técnicos especializados	8.142	610.153
Depreciações e amortizações	4.813	2.167
Contribuições filantrópicas	4.616	7.832
Processamentos de dados	2.759	1.974
Viagens	1.447	1.253
Material	1.380	1.007
Propaganda, promoções e publicidade	1.166	2

...continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajuste ou divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

**DIRETORIA**

**Diretor-Presidente**  
Luiz Carlos Trabuco Cappi

**Diretores Vice-Presidentes**  
Domingos Figueiredo de Abreu  
Alexandre da Silva Güher  
Josué Augusto Pancini  
Maurício Machado de Minas  
Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente  
Marco Antonio Rossi  
Marcelo de Araújo Noronha

**Diretor Superintendente**  
Octávio de Lazari Júnior

**Diretores**  
Hélio Vivaldo Domingues Dias  
Maurício Gomes Maciel

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da

**Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.**  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**
**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.


 KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 27 de fevereiro de 2015

 José Claudio Costa  
Contador CRC 1SP167720/O-1

**REVISTAS**
**Valor** ECONÔMICO

 Revistas  
que geram  
visibilidade e  
repercutem  
no mercado.


O **Valor Econômico** publica uma série de revistas que estudam em profundidade os diversos setores da economia brasileira e discutem os temas que movem o mercado.

Consulte nossa equipe de vendas. Anuncie.

 SP (11) 3767-1012  
 RJ (21) 3521-1414  
 DF (61) 3717-3331

**ANUNCIE**

**Notícias que geram negócios.**